

# Amós Oz: a perplexidade da inversão de posições<sup>1</sup>

## SAUL KIRSCHBAUM

Doutor em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do programa Prodoc da CAPES, junto ao Programa de Estudos Judaicos da USP

**RESUMO** A obra de Amós Oz tematiza a dificuldade de estar “do outro lado”, do povo acostumado a ser minoria que agora se vê como hegemônico e tem que aprender a lidar com minorias. Em *A caixa preta*, por exemplo, Oz utiliza, com essa intenção, uma estrutura polifônica, em contraste com a voz única das populações hegemônicas com que os judeus viveram na diáspora, sociedades em que a voz dos judeus não era ouvida. Nesta e em outras obras, o autor insiste em discutir as relações entre o Estado judeu e suas minorias, especialmente os árabes, mas também entre a elite *ashkenazi* e as “minorias” *sefaradi* e *mizrahi*. Em *Meu Michel* e no conto “O nômade e a víbora”, o foco recai sobre a plena aceitação das minorias não-judaicas: podem elas ter relações pessoais com a população judaica?

**PALAVRAS-CHAVE** Amós Oz, literatura israelense, minorias, conflito palestino-israelense.

**ABSTRACT** The work of Amos Oz has as theme the difficulty of being “at the other side”, for a people who used to be minority and that now finds itself as hegemonic and has to learn how to deal with minorities. In *The black box*, for example, Oz purposely uses a polyphonic structure, contrasting with the sole voice of the hegemonic people among whom jews lived in the diaspora, societies where the jews’ voice wasn’t heard at all. In this work and in others, the author insists in discussing the relations between the Jewish State and their minorities, specially the arabs, but also between the *Ashkenazi* elite and the *Sephardic* and *Mizrachi* “minorities”. In *My Michael* and in the short story “The nomad and the viper”, the focus falls upon the entire acceptance of the non-Jewish minorities: can they have personal relations with the Jewish population?

**KEYWORDS** Amos Oz, Israeli literature, minorities, Palestinian-Israeli conflict.

**POR OCASIÃO DO 60º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL, UMA QUESTÃO** que se impõe é a da “convergência das narrativas”. Ou seja, o Estado de Israel do século XXI corresponde ao sonho que nasceu no final do século XIX e se materializou, por meio dos esforços e das lutas de umas poucas gerações de pioneiros, na primeira metade do século XX? As narrativas dos diversos grupos em confronto, relativas à gênese do Estado, tendem, finalmente, a convergir, ou cada vez divergem mais?

O povo judeu, desde o fracasso das tentativas de expulsar o invasor romano, tentativas que resultaram na queda do Segundo Templo e na destruição de Jerusalém, foi submetido a viver na diáspora, na condição de minoria no exílio. Nos dois mil anos que se seguiram, salvo episódios excepcionais e de curta duração, os judeus não contaram com autonomia política, não dispuseram de poderio militar, não gozaram de direitos civis iguais aos das populações entre as quais viveram; frequentemente, foram proibidos de “se misturar”, de casar com os não-judeus. Foram impedidos de possuir terras e excluídos do exercício de diversas atividades econômicas e políticas. Em contrapartida, foram forçados a exercer funções naturalmente antipáticas, como as de coletores de impostos e usurários,

ou periféricas a sociedades feudais, como as de comerciantes e prestamistas, o que lhes granjeou o ódio das populações entre as quais viviam, o antisemitismo, a exclusão social, econômica e política. Para ilustrar essa situação, basta lembrarmos que na *Região de Assentamento* (“Pale”) russa, maior concentração mundial de judeus no século XIX, uma quinta parte da população judaica vivia de caridade.

Os primeiros *olim badashim*<sup>2</sup>, cuja visão de mundo se formara nas lutas sociais do leste europeu pré-Revolução Russa, idealizaram um Estado onde pudesse acontecer a tão necessária “normalização” do povo judeu, onde os judeus pudessem ser “úteis”, ganhar seu sustento com as próprias mãos e exercer livremente todas as atividades humanas. Sonharam com uma sociedade justa, igualitária, sem distinções além das que resultam do mérito de cada um.

Com o estabelecimento, em 1948, do Estado de Israel, todos aqueles aspectos negativos, limitações e exclusões que haviam caracterizado a vida judaica na Europa foram invertidos: agora, são os judeus que detêm o poder político, que monopolizam o direito ao uso da força militar e policial, que definem o conteúdo dos direitos civis, que estabelecem critérios para o reconhecimento da cidadania; em princípio, um judeu ou uma judia pode casar com quem lhe aprouver. Porém, esta nova situação suscita o desafio de uma inversão de posições: serão os judeus capazes, no Estado que controlam e governam, na condição de população hegemônica, de não submeter suas minorias às exclusões a que eles, judeus, eram submetidos na diáspora? Aqui, devemos entender que o conceito de *minoría* no Estado de Israel não se aplica somente aos árabes face aos judeus. Fundado por imigrantes da Europa oriental e central, é compreensível que a elite de Israel seja de origem *ashkenazí*; devemos, então, ampliar a questão: saberá o Estado de Israel receber e incorporar, em condições de plena igualdade, os judeus de outras

origens, os *sefaradim* e os *mizrahim*?

A literatura, como observa Emmanuel Lévinas, “penetra nessa materialidade que [...] constitui o fundo obscuro da existência” (LÉVINAS, 1998, p. 70). É a literatura que permite, talvez melhor do que a sociologia ou a ciência política, abordar essas questões com a devida profundidade e em toda sua abrangência, pois trata de pessoas, de sentimentos individuais, e não só de grupos populacionais. Aspectos que não aparecem em estudos estatísticos.

Amós Oz, professor de literatura na Universidade Ben Gurion, vive em Arad, no deserto do Neguev. É o autor de literatura israelense contemporânea mais traduzido para o português e também o mais apreciado pelos leitores brasileiros. Ficcionista e militante político da esquerda israelense, ligado ao movimento pacifista *Shalom Abshav* (Paz Agora), fazer que ideias ou ideologias ganhem vida, esse vem sendo seu propósito. A partir da década de 1970, Oz assume uma atitude crítica, apontando na imprensa escrita e televisiva sua posição a propósito dos rumos políticos do país. Autor de obras de caráter nitidamente político e ensaístico, como *In the land of Israel* (OZ, 1983) (*Pob va-sham be-Erets-Yisra’el bi-setav*, 1982) e *How to cure a fanatic* (OZ, 2002)<sup>3</sup>, o homem político, não obstante, transparece também em sua ficção, de forma harmoniosa e engenhosa, conforme se pode ver em vários textos, principalmente em *Meu Michel* (*Mihael sheli*, 1968) e em *A caixa preta* (*Kufsa sh’hora*, 1987).

Podemos observar que um sentimento de perplexidade face ao *outro* perpassa sua obra; o *outro* de quem pouco ou nada conhecemos, que é percebido como uma ameaça em potencial e, ao mesmo tempo, como detentor de um mistério que nos fascina; enfim, que faz surgir em nós um misto de atração-repulsão. No conto “O nômade e a víbora” (em *O novo conto israelense*) e no romance *Meu Michel*, por exemplo, a fábula não é o mais importante, mas

serve para pôr em relevo esse sentimento ambivalente de atração-repulsão.

Em “O nômade e a víbora”, o encontro de Gueúla com um nômade “dotado de uma beleza repugnante” (OZ, 1978, p. 60) é uma espécie de epifania<sup>4</sup> que ilustra a relação de atração-repulsão e leva a um limite intransponível o conflito entre o fascínio de ameaçadores instintos eróticos e uma fachada de vida tranquila em uma sociedade bem constituída. Conflito que só se resolve com a morte da personagem, picada pela víbora do título.

Noutro plano, a chegada dos nômades acossados pela fome (aos quais pertence aquele indivíduo com quem Gueúla se encontrou) também é uma epifania, que ilumina e abala a autoimagem dos *kibutzniks*, força-os a se confrontarem com sua convicção de serem “os portadores de uma nova mensagem social” (OZ, 1978, p. 65) – posição ideológica tão fundadora para o empreendimento sionista, pois os receptores dessa nova mensagem, por hipótese, deveriam ficar eternamente gratos aos seus benfeitores – na medida em que não podem evitar o reconhecimento da alteridade dos nômades. Como diz o narrador, “indecifráveis para nós. Jamais chegaremos a penetrá-los” (OZ, 1978, p. 62). Após o encontro, o face-a-face, como diria Lévinas, o *Outro* já não pode ser reduzido ao *Eu*. E respondem com a linguagem do ódio: em meio à reunião da diretoria do *kibutz* convocada com a finalidade explícita de estabelecer um modo de relacionamento com os nômades, os membros jovens se retiram ostensivamente: com “as pupilas dilatadas pela excitação e o sangue fervendo nas veias” (OZ, 1978, p. 66), portando “varas curtas e grossas” (OZ, 1978, p. 66), estão a caminho de “realizar um ataque noturno aos selvagens e dar-lhes uma boa lição numa linguagem que realmente entendessem e à qual estavam acostumados” (OZ, 1978, p. 56).

É interessante observar a presença da minoria

árabe nesse texto de Amós Oz, presença reprimida na primeira geração da literatura israelense.<sup>5</sup>

O narrador-personagem de “O nômade e a víbora”, que se identifica como membro do *kibutz* e participante da reunião, e que confessa ser incapaz de entender os caminhos daquela minoria, tem uma posição incerta, oscilante, tal como as hesitantes autoridades militares, pois “não se pode abandonar toda uma população, homens, mulheres e crianças, aos horrores da fome” (OZ, 1978, p. 51); este narrador-personagem expressa os pontos de vista da maioria israelense hegemônica: apesar de não estar convencido quanto à identidade dos ladrões que estariam surrupiando objetos de menor monta do *kibutz*, torna-se cúmplice do ato de vingança contra os nômades apenas por “também ter tido sua palavra cortada de modo arbitrário e ultrajante” (OZ, 1978, p. 66) na reunião.

O retrato apresentado no conto, indo além de distinções de ordem sexual ou étnica, por um lado mostra a alteridade das minorias em termos de interesses concretos que podem chocar-se com aqueles da maioria; por outro, expõe a encruzilhada em que se encontra o próprio Estado, o qual deve decidir entre uma posição monolítica que lhe permitiria ignorar e desconhecer o modo de vida, os motivos e os interesses das minorias, e uma posição igualitária, que no máximo resguardasse a estabilidade de uma maioria judaica para garantir o caráter judaico do Estado, a partir da qual deveria explorar de modo ativo as possibilidades que lhe advém da existência das minorias e tratar de integrá-las em condições de plena igualdade. O conto aponta para uma aporia, uma paralisia quanto à tomada de decisão entre essas possibilidades. Uma espécie de “noite úmida, quente e enigmática” (OZ, 1978, p. 56), expressão repetida três vezes na narrativa, impede que as partes envolvidas tenham visão clara da situação. Por isso, o narrador titubeia, a polícia é ambivalente em

relação à “ocupação” dos nômades, a personagem feminina mal-entende o que lhe acontece, os próprios nômades têm um comportamento dúbio em relação aos israelenses.

*Meu Michel*, publicado em 1968, é outro texto em que Amós Oz põe em cena personagens árabes para confrontar a sociedade israelense com suas minorias e com seus próprios sonhos de grandeza. Este romance foi exaustivamente estudado pela crítica israelense porque nele já se encontra a exposição de contradições que marcará a obra posterior do autor, conferindo à sua ficção um forte pendor ideológico e político.

Hana é uma jovem casada cuja vida é cindida entre a realidade de um casamento cinzento e prosaico e um desejo mórbido de realização através de situações oníricas, nas quais os protagonistas são dois gêmeos palestinos, seus amigos de infância, que depois da guerra de 1948 ficaram do outro lado. Em uma primeira leitura, há uma oposição entre, de um lado, a sociedade israelense, representada como uma sociedade alienante, que transforma as relações humanas em relações de compra e venda, que reduz o amor a um jogo de poder e posse e as relações familiares a pura alienação e, de outro, a mulher, que vive alienada nessa sociedade e busca refúgio em um mundo onírico, onde pode virtualmente se realizar com os heróis sonhados.

No entanto, essa oposição se revela aparente, pois a protagonista construiu seu mundo de fantasia de acordo com a escala de valores que rege o mundo “real”, e deixa-se conduzir por normas sociais interiorizadas, em vigor até mesmo em seus sonhos. O tema principal desses sonhos é o anseio por um amor absoluto, ideal. Porém, observando-se o relacionamento da protagonista com as demais personagens, nota-se a contradição entre discurso e ação: ela fala de amor, mas pratica a dominação, de forma que o amor aparece instrumentalizado,

identificado com poder.

Assim, em uma segunda leitura, a aparente oposição entre sociedade e personagem pode ser vista como uma construção analógica entre duas esferas que distorcem igualmente valores e sentimentos. As relações que a protagonista estabelece com os demais, não só em sonho como também na realidade, guardam certo paralelismo com o contexto nacional. Hana se revolta contra algumas normas sociais e contra os heróis socialmente aceitáveis da *Palmach*, guerreiros fortes que dominam territórios do mesmo modo que dominam as mulheres, mas a ideia de conquista que ela conscientemente repudia – e esse é um dos fortes motivos que a fez escolher Michel como marido – é exercida por ela mesma tanto em sonho como na prática cotidiana. A contradição entre discurso e ação na protagonista pode espelhar igual fenômeno na nação. O aspecto político desse paralelismo entre mundo privado e social aparece quando a crise pessoal de Hana coincide com a crise nacional da Guerra do Sinai (1956). Esses paralelos apontam para a distorção fundamental: a inversão do valor primordial (amor para Hana, redenção messiânica e sonho de um Terceiro Templo para muitos que a rodeiam, ou a construção de uma sociedade justa e igualitária, para a esquerda socialista) em seu oposto (poder e conquista para ela, guerra, ódio e vingança para os outros).

Os paralelos entre as duas crises aparecem no texto no âmbito da linguagem. Usam-se as mesmas palavras em relação aos dois conjuntos de acontecimentos; do ponto de vista da trama, o povo de Israel volta a seu cenário histórico-nacional, enquanto Hana volta em sonho para sua infância. O mesmo se pode dizer com relação à ruptura entre a aborrecida (para ela) vida cotidiana da mulher (compra de apartamento, casamento, nascimento do filho, etc.) e seus gloriosos sonhos não só com relação

aos gêmeos árabes, mas também com relação ao mundo ilustrado dos *maskilim*, que são, para ela, lutadores que se rebelaram, em seu tempo, contra a realidade opressiva.

Esses e outros paralelos são técnicas empregadas por Amós Oz para expor os sonhos megalômanos nacionais à luz de certa ironia. A alienação onírica da protagonista seria parte e ao mesmo tempo reflexo do sonho distorcido de toda a sociedade.

*A caixa preta*, publicado em 1987, é romance epistolar no qual o autor articula, com notável domínio técnico, o destino das personagens e as motivações políticas da sociedade israelense. O romance é composto de correspondências, 51 cartas e 56 telegramas que as personagens trocam entre si. Como numa peça de teatro, o narrador se oculta em benefício das personagens, que ganham o primeiro plano. A drástica redução da mediação narrativa dá ao romance epistolar uma temporalidade essencialmente dramática. É também como o espectador de teatro que o leitor tem de montar, a partir das cartas, a fábula do romance, seu enredo.

Por que teria Amós Oz escolhido essa forma para o romance? Acredito que o autor teve a intenção de dar voz aos diferentes segmentos da sociedade israelense (romance polifônico), pois ao mesmo tempo em que as personagens se constroem na e através da escrita, como figuras humanas complexas, elas também apontam para determinados segmentos da vida social e política do país. O romance dá a ver, na superfície, uma rede de relações conflitivas que atam uma família integrada por Alexandre Guideon, um importante intelectual, Ilana, sua ex-mulher, Boaz, o filho de ambos, criado durante sete anos como bastardo, e Michael Sommo, o novo marido de Ilana. Num plano subterrâneo, porém, corre uma trama paralela, e importa percebermos a existência de conflitos correspondentes em nível sociopolítico, pois Sommo é um judeu oriental, de

convicção religiosa e ideias de direita com relação ao “Grande Israel”, enquanto que Guideon, *ashkenazi*, serviu o exército em posto elevado e se tornou um destacado pensador de esquerda, alcançando reconhecimento internacional; porém, transferiu-se para o exterior, simbolicamente abandonando Israel nas mãos da direita.

Ultrapassando, então, o marco da crítica das mazelas da sociedade israelense, o romance se configura como obra de tese, reconhecendo para cada minoria o direito à voz – direito que, como vimos antes, foi sistematicamente negado ao povo judeu em sua longa errância diaspórica –, sem que, no entanto, o autor esconda suas simpatias e antipatias – afinal, participa ativamente das lutas políticas em curso. As relações entre Sommo e Alex são representativas das relações étnicas entre *ashkenazim* e judeus orientais, que no embate ideológico se posicionam como esquerda e direita. A esquerda mostra-se em baixa, e em seu lugar surge uma força nova, a força do judaísmo mediterrânico, que acredita no “Grande Israel” e que está se preparando para substituir no poder o Israel anterior. Mas, para mostrar que a situação é mais complexa, Sommo, em sua atividade política, opõe-se fortemente aos árabes, de forma que coexistem e se cruzam assimetrias intraétnicas e interétnicas.

Já Boaz, o filho de Alex e Ilana e enteado de Sommo, não tem vontade de continuar a empreitada sionista nem se deixa seduzir pelos sonhos de grandeza da direita religiosa. Sonhador e idealista, sua participação no romance instaura uma quebra na ideologia sionista e uma prática amorosa de se enraizar no território que fora desbravado pelos pioneiros, como é o caso de seu avô, sem nenhuma nostalgia do passado grandioso do Israel bíblico. “Que cada um faça algo de construtivo”, este é o seu lema. Sua posição frente aos árabes é a de que têm o direito de viver em sua terra, caso contrário,

caso esse direito lhes seja negado, os judeus acabam com os árabes e estes com os judeus, sobrando apenas escombros da Bíblia e do Alcorão, chacais e ruínas de um passado glorioso.

Não é por acaso que ele estabelece em Zihron Yacov, cidade fundada no início da colonização judaica da Palestina na era moderna, longe do fanatismo de Jerusalém e do consumismo cosmopolita de Tel Aviv, uma comunidade ligada à terra e inspirada num estilo de vida primitivo, contrastando com o luxo e a modernidade perseguida por Sommo, e ao alcance natural de seu pai, Alex. Sua comunidade apresenta uma organização horizontal, não se fundamenta em uma visão de mundo estruturada, e ninguém exerce autoridade sobre os demais. Cada um tem autonomia para fazer o que quer, na hora que quer, ligando-se todos pelo empenho comum de uma construção coletiva.

É essa organização, onde há lugar para todos, até mesmo para Sommo, a matriz que ditará a forma deste romance de Amós Oz. Essa é a microcomunidade imaginada por ele como modelo ideal da nação: concede voz a todos, a todas as representações de forças políticas de Israel, mesmo àquelas com as quais o autor não concorda.

Em 1951, refletindo sobre os pré-requisitos éticos que justificariam e legitimariam a existência do Estado de Israel, Emmanuel Lévinas, um dos maiores pensadores judeus do século XX, escreveu um pequeno ensaio que ilumina nossa reflexão: “Estado de Israel e Religião de Israel”. Neste texto, Lévinas se (e nos) coloca a questão: “A restauração do Estado de Israel será suficiente para uma vida política? E, se fosse uma vida do espírito, poderia conter o judaísmo?” (LÉVINAS, 1976, p. 303, tradução minha). E conclui: “O importante do Estado de Israel não consiste na realização de uma antiga promessa, nem no início, que ele marcaria, de uma era de segurança material [...] mas na ocasião enfim

oferecida de realizar a lei social do judaísmo. [...] Era horrível ser o único povo que se definia por uma doutrina de justiça e o único que não podia aplicá-la. [...] A oposição é entre aqueles que buscam o Estado para a [realização da] justiça e aqueles que buscam a justiça para assegurar a subsistência do Estado” (LÉVINAS, 1976, p. 305-6, tradução minha).

Espero ter mostrado, nesta curta exposição, que a obra de Amós Oz se destaca pela insistência na exigência de justiça nas relações entre a maioria hegemônica no Estado de Israel e suas minorias, aí incluídas as relações com seus vizinhos palestinos. Nenhuma solução de força, unilateral, será aceitável para resolver as questões de convívio entre judeus e árabes, assim como entre *ashkenazim* e judeus *sefaradim* e orientais. Somente o diálogo aberto, com reconhecimento recíproco, com concessões justas e aceitáveis de parte a parte, poderá construir Israel como uma sociedade aberta, igualitária e democrática, fazendo com que, finalmente, as narrativas convirjam.

## NOTAS

1 O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES (Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério de Educação do Brasil. Neste texto, faço amplo uso da análise da Profª Drª Berta Waldman, *Faces e contrafaces: alguns aspectos da obra de Amós Oz*, publicada no número 6 da *Revista de Estudos Orientais*, editada pelo Departamento de Letras Orientais da FFLCH-USP; Waldman o ofereceu a este autor, ainda em estágio de manuscrito, para servir como suporte à preparação de uma comunicação à 24ª conferência anual da Association for Israel Studies, que se realizou em Nova York em maio de 2008. Nesta conferência, foi apresentada uma versão preliminar deste estudo, levando a análises por outros caminhos e chegando a conclusões independentes. Fica registrado a Berta Waldman meu agradecimento e reconhecimento.

2 Imigrantes para Israel.

3 Existe tradução em português de Denise Cabral de Oliveira: *Contra o fanatismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

4 Uso aqui o termo “epifania” no sentido apresentado por Affonso Romano de Sant’Anna em “Clarice: a epifania da escrita”, prefácio a *A legião estrangeira*, de Clarice Lispector: “Mas epifania, em literatura, pode ser ainda não apenas o relato de uma experiência, mas pode ser uma obra ou parte de uma obra onde a consciência se abre para o mundo em momentos luminosos” (SANT’ANNA, 1982, p. 5).

5 No tratamento literário da questão dos palestinos, devemos, contudo, levar em consideração a opinião de outro importantíssimo autor israelense, Aharon Appelfeld. Em entrevista a Yigal Schwartz, de 1992, Appelfeld declarou que “as relações entre judeus e árabes são um tópico novo, pelo menos para mim, e portanto não estão maduras para representação artístico-literária” (tradução minha, apud SCHWARTZ, 2003, p.149, nota 10).

WALDMAN, Berta. *Linhas de força: escritos sobre literatura hebraica*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

\_\_\_\_\_. “Fases e contrafaces: alguns aspectos da obra de Amós Oz” in *Revista de Estudos Orientais*, número 6, publicação do Departamento de Letras Orientais – FFLCH-USP. São Paulo, janeiro 2008.

## REFERÊNCIAS

LÉVINAS, Emmanuel. *Difficile liberté: essais sur le judaïsme*. Paris: Albin Michel, 1976.

\_\_\_\_\_. *Da existência ao existente*. Trad. Paul Albert Simon/Ligia Maria de Castro Simon. Campinas: Papirus, 1998.

OZ, Amós. “O nômade e a víbora” in *O novo conto israelense*. Coord., sel. e orient. das trad. Rifka Berezin. São Paulo: Símbolo, 1978.

\_\_\_\_\_. *Meu Michel*. Trad. Sônia Boguchwal/Nora Rosenfeld. São Paulo: Summus, 1982.

\_\_\_\_\_. *A caixa preta*. Trad. Nancy Rozenchan. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. “Clarice: a epifania da escrita”, in LISPECTOR, Clarice. *A legião estrangeira*. São Paulo: Ática, 1982.

SCHWARTZ, Yigal. *Aharon Appelfeld: from individual lament to tribal eternity*. Hanover: Brandeis University Press, 2001.